

REQUERIMENTO

(Da Sra. Maria do Rosário)

Requer a realização de audiência pública, ca Comissão Especial sobre a Redução da Jornada de Trabalho (PEC 221/2019), destinada a discutir os impactos da extinção da escala de trabalho 6x1 e da redução da jornada semanal de trabalho na vida das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam o mercado de trabalho brasileiro.

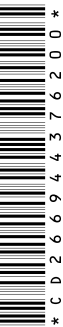
Senhor(a) Presidente da Comissão Especial sobre a Redução da Jornada de Trabalho (PEC nº 221/2019), nos termos do art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão Especial, destinada a discutir os impactos da extinção da escala de trabalho 6x1 e da redução da jornada semanal de trabalho na vida das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam o mercado de trabalho brasileiro.

Para tanto, sugere-se a participação das seguintes representantes e instituições, que poderão indicar formalmente seus nomes:

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
- Centrais Sindicais – Representante das Centrais Sindicais brasileiras;
- Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) – Representante das trabalhadoras domésticas;
- Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (CESIT/Unicamp) – Profa. Dra. Marilane Teixeira;
- Ministério das Mulheres – Representante do Ministério das Mulheres.

JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019, ao tratar da redução da jornada semanal de trabalho e do fim da escala 6x1, traz implicações profundas para a organização da vida social e produtiva no Brasil, com impactos particularmente



significativos sobre a vida das mulheres trabalhadoras. A realização de uma audiência pública com recorte de gênero é essencial para qualificar o debate legislativo e assegurar que a formulação de políticas públicas considere as desigualdades estruturais que marcam o mundo do trabalho.

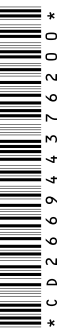
As mulheres são desproporcionalmente afetadas pelas jornadas extensas e pela escala 6x1, em razão da histórica divisão sexual do trabalho. Dados da PNAD Contínua do IBGE indicam que as mulheres dedicam, em média, quase o dobro de horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado em comparação aos homens, o que resulta em jornadas totais extenuantes quando somadas ao trabalho remunerado. Esse fenômeno é ainda mais intenso entre mulheres negras, que concentram os piores indicadores de renda, informalidade e acesso a direitos trabalhistas.

No mercado de trabalho formal, a escala 6x1 está fortemente presente nos setores de comércio, serviços e trabalho doméstico — áreas amplamente feminilizadas e marcadas por baixos salários, alta rotatividade e maior exposição a adoecimentos físicos e psicossociais. A manutenção dessas jornadas aprofunda desigualdades de gênero, limita a autonomia econômica das mulheres, restringe seu acesso à qualificação profissional e compromete sua saúde física e mental.

Estudos recentes, como os desenvolvidos pelo CESIT/Unicamp sob coordenação da economista Marilane Teixeira, demonstram que a redução da jornada de trabalho é economicamente viável no Brasil e pode gerar ganhos de produtividade, criação de empregos e melhoria das condições de vida da população trabalhadora. Sob a perspectiva de gênero, a reorganização do tempo de trabalho tem potencial para redistribuir o tempo socialmente disponível, ampliar a participação das mulheres em espaços de formação, política e lazer, e fortalecer a corresponsabilidade nos cuidados.

A escuta qualificada de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, das Centrais Sindicais, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, da academia e do Ministério das Mulheres permitirá a esta Comissão compreender, de forma abrangente, os impactos específicos da redução da jornada sobre diferentes segmentos de mulheres trabalhadoras, contribuindo para um debate legislativo mais justo, informado e comprometido com a promoção da igualdade de gênero.

Diante da relevância social, econômica e constitucional do tema, e da necessidade de incorporar a perspectiva das mulheres no processo legislativo, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.



Sala das Sessões, ____ de _____ de 2026.

Maria do Rosário

Deputada Federal (PT/RS)

Apresentação: 04/05/2026 13:56:11.177 - PEC22

REQ n.47/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD266944376200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria do Rosário



CD266944376200